

TERMOS DE REFERÊNCIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP

**FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA
DE TUBOS IRRIGA PVC LF.**

**JUAZEIRO – BA
2017**

ÍNDICE

- 1) OBJETO**
- 2) DESCRIÇÕES GERAIS**
- 3) FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**
- 4) PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE**
- 5) VALOR ESTIMADO**
- 6) PRAZO DE VALIDADE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 7) DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**
- 8) FORMA DE PAGAMENTO**
- 9) CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**
- 10) GARANTIA**
- 11) MULTA**
- 12) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 13) ANEXO I**

A presente licitação é do tipo “Pregão Eletrônico”, em sistema de “Registro de Preços” – “Cotação por Item”.

1.0 OBJETO

- 1.1 Realizar procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em sistema de Registro de Preços – cotação por itens, para Fornecimento, Transporte, Carga e Descarga de Tubos Irriga PVC LF, conforme planilha e especificações, destinados a implantação de ações de combate a seca nos diversos municípios e comunidades rurais da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado da Bahia. O valor máximo estimado é de **R\$ 4.111.093,50** (quatro milhões, cento e onze mil, noventa e três reais e cinquenta centavos).
- 1.2 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou seja, de forma exclusiva para os itens 01, 02 e 03 e por meio de cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) os itens 05, 07, 09, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31 e 33. Os demais itens 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30 e 32 serão de livre concorrência.

2.0 DESCRIÇÕES GERAIS

- 2.1 As descrições dos materiais, quantidades estimadas e preços máximos, constam na Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Estimados, anexo I.
- 2.2 Os materiais ofertados deverão ser originais de fábrica, não se admitindo, em hipótese alguma, produtos recondicionados, remanufaturados, reciclados ou pirateados, sob pena do afastamento do certame e/ou do não recebimento dos mesmos quando de sua entrega.
- 2.3 Os bens, ora licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º 4.150 de 21.11.62), no que couber, e, principalmente, no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 2.4 Os materiais, objeto destas Especificações Técnicas, deverão ser fabricados dentro dos padrões sanitários conforme legislação vigente, garantidos contra defeitos de fabricação no prazo de garantia fixado pelo fabricante, que deverá estar expressa na proposta. Em caso de não atendimento à garantia, quando constatada no momento apropriado da entrega, o fornecedor, além de multas, deverá efetuar o ressarcimento dos prejuízos de acordo com a legislação vigente.
- 2.5 A licitante que não atender às especificações técnicas estabelecidas terá sua proposta desclassificada mesmo tendo sido habilitada no que diz respeito à documentação.

- 2.6 Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.
- 2.7 Todos os itens da planilha de cotação devem estar acompanhados de catálogos técnicos com as informações completas dos materiais fornecidos de acordo com as normas técnicas da ABNT.
- 2.8 O transporte, carga e descarga dos bens, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

3.0 FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 3.1 As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, obedecidos aos prazos estipulados no instrumento de convocação, indicando as especificações técnicas e marca/fabricante, a garantia contra defeitos de fabricação e quaisquer outras informações afins que julgar necessárias ou convenientes e consignar o preço unitário do item expresso em reais, estando incluídos todos os impostos, taxas e despesas tais como transporte, carga, descarga, seguro e quaisquer outros incidentes sobre o objeto a ser licitado.
- 3.2 A validade da proposta, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data da abertura do certame licitatório.

4.0 PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE

- 4.1 O prazo máximo para a entrega dos materiais será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento da NOTA DE EMPENHO ou ORDEM DE FORNECIMENTO pela licitante vencedora.
- 4.2 A entrega poderá ser realizada de forma parcelada, conforme orientação da Codevasf.
- 4.2.1 Os materiais objeto desta licitação, após ordem de fornecimento, deverão ser entregues em **Juazeiro (BA)**, na Sede da CODEVASF – 6ª Superintendência Regional, no seguinte endereço:
Endereço: Rua Comissão do Vale, s/nº, Bairro Piranga, CEP 48900-900.
- 4.3 A contratada deverá contactar a 6ª Gerencia Regional de Infra-Estrutura (6ª/GRD) da CODEVASF, fones (74) 3614-6224 ou (74) 3614-6286, no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, em dias úteis, para informar com antecedência mínima de 24 horas o dia e a hora prevista da entrega.
- 4.4 O meio de transporte e o acondicionamento dos materiais devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

- 4.5 O transporte, carga e descarga dos materiais serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.

5.0 VALOR ESTIMADO

- 5.1 O valor máximo estimado para aquisição dos itens é de **R\$ 4.111.093,50** (quatro milhões, cento e onze mil, noventa e três reais e cinquenta centavos), discriminado na Planilha de especificações, quantitativos e preços, anexa a este Termo de Referência.

6.0 PRAZO DE VALIDADE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1 O prazo de validade dos preços apresentados é de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação da Ata de Registro de Preços, no Diário Oficial da União.

7.0 DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 7.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

8.0 FORMA DE PAGAMENTO

- 8.1 Os pagamentos serão efetuados em reais, contra entrega e aceitação dos materiais, mediante apresentação de faturas/notas fiscais, devidamente atestadas pela fiscalização.
- 8.2 Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada, conforme estabelece o Art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n.º 8.666/93.
- 8.3 Considera como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte, à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços descrito no subitem 1.0 deste termo, a partir da qual será observado o prazo para pagamento, conforme estabelecido no art. 9º do Decreto n.º 1.054, de 07/02/94.
- 8.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF n.º 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do material ou bem.
- 8.5 As Faturas/Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da documentação justificativa a cada fornecimento faturado, devidamente atestada pela fiscalização e com destaque das alíquotas tributárias incidentes.

- 8.6 A fatura só será liberada para pagamento depois de aprovada pela área gestora da Sede da CODEVASF, e deverá estar isenta de erros ou omissões, sem o que será, de forma imediata, devolvida à licitante vencedora para correções.
- 8.7 Os documentos de cobrança indicarão obrigatoriamente, o número do contrato e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF e que cubram a execução dos fornecimentos, e indicação do banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta para posterior pagamento.
- 8.8 Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejarão a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 8.9 Ficam excluídos da hipótese referida no subitem anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 8.10 Qualquer suspensão de pagamento devido à falta de regularidade da Contratada perante o sistema SICAF ou a não apresentação da documentação obrigatória, não gerará para a CODEVASF nenhuma responsabilidade nem obrigação de reajustamento ou atualização monetária do valor devido.
- 8.11 É de inteira responsabilidade da contratada a entrega a CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos respectivos anexos, se houver, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 8.12 Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 8.13 Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.
- 8.14 A empresa vencedora no certame se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação ora exigida, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, na forma do inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93.
- 8.15 Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 8.2, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$$I = (1 + im1/100)^{dx1/30} \times (1 + im2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1 + imn/100)^{dxn/30} - 1, \text{ onde:}$$

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

8.15.1 Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.

8.15.2 Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

9.0 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

9.1 A fiscalização dos recebimentos será feita diretamente pela CODEVASF, através de servidor formalmente designado na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando o contrato em conformidade com as condições estabelecidas.

9.2 Os materiais objeto da presente licitação serão recebidos das seguintes formas:

- a) Provisória: mediante recibo, imediatamente após a entrega, para efeito e posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações;
- b) Definitiva: mediante recibo, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do bem, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal;

9.3 Os materiais entregues em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita necessariamente acompanhada do Termo de Recusa dos materiais, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

9.4 Essa notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

9.5 A Contratada ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o material que vier a ser recusado.

9.6 Serão recusados apenas os itens da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento que estiverem em desacordo.

9.7 Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de um a três dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados pela CODEVASF.

- 9.8 A Contratada deverá retirar o material recusado no momento da entrega do material correto. A CODEVASF não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo.
- 9.9 A CODEVASF poderá dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado em suas dependências.
- 9.10 Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade dos materiais pelo prazo estabelecido no item 10.1, e estará obrigada a substituir aquele que não estiver de acordo com o especificado.
- 9.11 As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades da CODEVASF, a qual não está obrigada a firmar as contratações advindas do registro de preços, e fica facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida e assegurada ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 9.12 Quando necessário, serão efetuados testes por amostragem para avaliação dos produtos, utilizando uma quantidade entre um e dez por cento de cada item do empenho escolhidos aleatoriamente.
- 9.13 Caso seja necessário, um representante da Contratada poderá ser convocado para acompanhar o recebimento dos materiais, sendo a conferência efetuada na presença de testemunhas em caso de não comparecimento.
- 9.14 A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando produtos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e a facilitar o acesso da Fiscalização aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 9.15 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à autoridade competente.
- 9.16 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 9.17 Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos às multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 9.18 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

10.0 GARANTIA

- 10.1 A(s) licitante(s) vencedora(s) responsabiliza-se (m), por si e por seus sucessores, pela garantia de que todos os materiais fornecidos são novos, sem uso e livres de defeitos de projetos, de fabricação ou de material, obrigando-se a garanti-los integralmente nas condições estabelecidas nas especificações

técnicas respectivas, no prazo mínimo de 12 (doze) meses, ou prazo superior fixado pelo fabricante, o qual deverá estar expresso na proposta, contado a partir da data da sua entrega à CODEVASF, no local de que trata o subitem 4.2.1 deste Termo de Referência.

- 10.2 Caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido no subitem 10.1, a licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo tempo restante.
- 10.3 Durante o período de garantia contra defeitos de fabricação, a adjudicatária obriga-se a efetuar, sem ônus para o CODEVASF, a substituição do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da notificação.
- 10.4 A CONTRATADA será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos decorrentes do fornecimento contratado.
- 10.5 Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CONTRATANTE, para reparação desses danos ou prejuízos.

11.0 MULTA

- 11.1 Nos casos de inadimplemento ou inexecução total da contratação, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada da contratação,
- 11.2 Nos casos de inexecução parcial dos fornecimentos/serviços, será cobrada multa de 5% (cinco por cento) do valor da parte não executada da contratação.
- 11.3 Nos casos de mora ou atraso na execução, será cobrada multa 2% (dois por cento) incidentes sobre valor do fornecimento/serviço em atraso.
- 11.4 Ocorrida a inadimplência, aplicada após regular processo administrativo, a multa será aplicada pela CODEVASF, observando-se o seguinte:

11.4.1 A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da convocação, a ser recolhido à 6ª Unidade Regional de Finanças – 6ª GRA/UFN da CODEVASF, localizada no endereço contido no edital.

- 11.5 Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

12.0 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 12.1 O licitante deverá possuir capacidade de entrega dos materiais compatíveis com as especificações mínimas constante neste Termo de Referência. Para tanto, será(ão) exigido(s) atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, nos termos do artigo nº 30 da lei nº 8.666/93 e alterações, com comprovação de fornecimento, no território nacional, de pelo menos 10% (dez por cento) do quantitativo mínimo do item em que a empresa estiver concorrendo.

13.0 ANEXO I